



CÓD: SL-113JH-22  
7908433223443

# RECEITA FEDERAL

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Praticando- 600 Questões Gabaritadas



---

## ÍNDICE

---

1. Língua Portuguesa .....	05
2. Espanhol .....	21
3. Inglês .....	31
4. Raciocínio Lógico-Quantitativo .....	41
5. Administração Geral e Pública .....	49
6. Direito Constitucional .....	65
7. Direito Administrativo .....	81
8. Direito Tributário .....	95
9. Auditoria .....	115
10. Contabilidade Geral e Avançada .....	125
11. Legislação Tributária .....	135
12. Legislação Aduaneira .....	151
13. Comércio Internacional .....	171

---

é coletar informações mais precisas para serem cruzadas com outros bancos de dados em poder da Receita, como os cadastros enviados por cartórios de imóveis, incorporadoras, imobiliárias, bancos e administradoras de cartão de crédito, além dos números contidos nas declarações de renda de terceiros. Quem omitir informações ou fornecer dados errados, movido por boa ou má-fé, poderá ter dois problemas: ficar no final da fila de restituição do imposto ou ser convocado a dar explicações pessoalmente. Das entregues em 2002, cerca de 597 mil declarações ficaram retidas na malha fina. A finalidade das mudanças é aperfeiçoar ainda mais os cruzamentos com os dados fornecidos por terceiros. Em 2003, a Receita passou a cruzar dados dos contribuintes com informações prestadas por imobiliárias, incorporadoras e administradoras de cartão de crédito. A cada ano, fica mais difícil enganar o fisco.

(Adaptado de Lauro Rutkowski, Correio Brasileiro, 09/09/2003)

- I. tenta sonegar ⇒ buscando sonegar
- II. devem acrescentar ⇒ deverão acrescentar
- III. serem cruzadas ⇒ que sejam cruzadas
- IV. poderá ter ⇒ poderia ter
- V. ficaram retidas ⇒ estão retidas
- VI. passou a cruzar ⇒ já cruza

Estão gramaticalmente corretas as substituições sugeridas em

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) II, III e IV
- (D) II, III, V e VI
- (E) III, IV, V e VI

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Assinale a opção que preenche a lacuna do texto de forma a torná-lo gramaticalmente correto, coeso e coerente.

Normalmente o Estado de Direito é confundido com o Estado Constitucional (Estado Democrático de Direito), entretanto, isto é um equívoco.

---



---



---



---



---



---



---

Com efeito, se é a legislação que serve de parâmetro para atuação estatal, então, esta mesma legislação, por conseguinte, é livre. Em tais Estados (Estado de Direito), o absolutismo do rei é substituído pelo absolutismo do parlamento (supremacia do parlamento e não da constituição).

(Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8873](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8873)>. Acesso em: 17 mar. 2014.)

(A) Conquanto, no Estado Constitucional, a constituição funciona como fundamento de validade de toda ordem jurídica, disciplinando não só a atuação do Executivo e Judiciário, como também do legislativo, vigendo, aí sim, a supremacia da constituição.

(B) Embora, no Estado Constitucional, o legislador encontra limites jurídicos nas normas constitucionais, as quais traçam o perfil de cada exação, de forma que a competência tributária é delimitada através da conjugação das normas que tratam especificamente de cada tributo com os princípios constitucionais.

(C) Daí podermos concluir que, no Brasil, por força de uma séria de disposições constitucionais, não há falar em poder tributário (incontrastável, absoluto), mas, tão somente, em competência tributária (regrada, disciplinada pelo Direito).

(D) Isso porque no Estado de Direito os atos do Executivo e do Judiciário estão submetidos ao princípio da legalidade; contudo, o Legislativo é livre para atuar, já que esse princípio não pode ser aplicado, por imposição lógica, à legislação.

(E) Portanto, poder tributário tinha a Assembléia Constituinte, que era soberana. Ela realmente tinha um poder ilimitado, inclusive em matéria tributária. Contudo, a partir do momento em que foi promulgada a Constituição, o Poder Tributário retornou ao povo, restando aos poderes constituídos as competências tributárias.

5.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003 (E MAIS 2 CONCURSOS))

Assinale a opção incorreta para constituir continuação coesa e coerente do texto a seguir.

O caráter ético das relações sociais, hoje em dia, é proporcionado sobretudo pelo respeito aos direitos humanos. Isso significa, de imediato, afirmar enfaticamente que aqueles que se opõem a esses direitos - por exemplo, defendendo a tortura - negam que as relações entre os seres humanos possam ter sentido ético. É claro que não dizem isso com todas as letras,

(A) mas acusam, sempre, os defensores dos direitos humanos de somente se ocuparem dos direitos de bandidos, deixando desprotegidas as pessoas de bem.

(B) já que nunca têm resposta para uma pergunta elementar, que é: quem e como se decide quem é criminoso e quem é inocente?

(C) porém supõem que o recorte entre bons e maus possa ser praticado de maneira expedita, por exemplo, por um policial dentro de um carro na noite escura, que ao ver uma pessoa que considere suspeita, já atire e execute uma sentença de morte sem tribunal, sem contraditório e sem apelação possível.

(D) já que na sociedade civilizada é hegemônico o pensamento de que toda pessoa, qualquer que seja o crime de que esteja sendo acusada, precisa ter os meios de se defender da acusação, até porque esta pode ser infundada.

(E) contudo sempre lutam contra essa apologia da barbárie, pois é bom lembrar que os direitos humanos são de todos; que os militantes deles também se ocupam das vítimas dos criminosos.

6.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2000 (E MAIS 3 CONCURSOS))

Leia o texto abaixo, para responder à questão

Em dezembro do ano passado, milhares de pessoas **tomaram** as ruas de Seattle nos Estados Unidos, para protestar contra uma reunião da Organização Mundial de Comércio, que tentava aprovar mais uma **rodada** de liberalização comercial (a chamada Rodada do Milênio). Conseguiram barrar a negociação, que ficou para um futuro para lá de incerto, e, de quebra, ridicularizaram ninguém menos que o presidente americano Bill Clinton, o **anfitrião** do encontro. Há poucas semanas, o novo **alvo** da fúria antiglobalizante foi o Fundo Monetário Internacional, que realizava sua reunião anual em Praga, a bela capital da República Tcheca. Mais uma vez, milhares de pessoas ganharam as ruas e forçaram os organizadores do encontro a antecipar o fim da reunião. A voz rouca das ruas parece gritar em **uníssonos** um sonoro não à globalização e ao liberalismo.

(Adaptado de Exame, 1/11/2000, p.136 )

Em relação às palavras do texto, assinale a opção em que o significado está incorreto.

(A) tomaram **ocuparam**

(B) rodada **etapa de negociação**

(C) uníssonos **um mesmo som, com unanimidade**

(D) alvo **objetivo**

(E) anfitrião **visitante mais ilustre**

7.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Os trechos a seguir compõem um texto adaptado do jornal Estado de Minas, de 18/02/2014, mas estão desordenados. Assinale nos parênteses a ordem sequencial correta em que devem aparecer para compor um texto coeso e coerente. Coloque 1 no trecho que deve iniciar o texto e assim sucessivamente. Em seguida, assinale a opção correspondente.

( ) Esse poder Legislativo é o mais apto a ouvir e repercutir a voz das ruas, os desejos e as preocupações do povo. E a segurança pública tem se tornado a maior de todas as causas que afligem as pessoas, principalmente as que vivem em grandes cidades.

( ) Nos últimos anos, com o crescimento do crime praticado por menores, tem crescido o número dos que defendem a redução da idade de responsabilidade penal para 16 anos. É igualmente veemente a defesa da manutenção da idade atual, 18 anos, o que torna a matéria altamente polêmica.

( ) Ter a iniciativa de propor e votar leis é uma das funções que a sociedade, por meio da Constituição, atribuiu ao Legislativo e espera que esse poder, o mais aberto e democrático do regime democrático, cumpra esse papel.

( ) Mas todo esse aparato da segurança acionado em defesa do cidadão corre o risco de produzir resultados inferiores ao desejado em função de falhas ou de falta de atualização da legislação.

( ) Por isso mesmo são bem-vindas medidas como o reforço do policiamento ostensivo e aumento da vigilância e da ação das autoridades para conter a criminalidade.

( ) Um dos problemas mais complexos quanto a essa atualização legislativa no Brasil é o do menor infrator, que, na maioria das grandes cidades brasileiras, já foi promovido a menor criminoso. Há sobre essa questão um grande debate na sociedade brasileira.

(A) 1, 3, 6, 2, 5, 4

(B) 2, 6, 1, 4, 3, 5

(C) 4, 5, 2, 6, 1, 3

(D) 3, 1, 4, 5, 6, 2

(E) 5, 2, 3, 1, 4, 6

(D) própria e privativa do Tribunal de Contas da União.

(E) própria e privativa do Congresso Nacional.

6.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

A fiscalização dos órgãos da Administração Pública Federal, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, sendo que ao TCU compete apreciar as contas anuais do Presidente da República e das suas decisões, em geral, cabe recurso para o Congresso, salvo as de que resulte imputação de débito, porque terão eficácia de título executivo.

(A) Correta a assertiva.

(B) Incorreta a assertiva, porque a apreciação das contas presidenciais é da competência exclusiva do Congresso Nacional.

(C) Incorreta a assertiva, porque das decisões do TCU não cabe recurso para o Congresso Nacional.

(D) Incorreta a assertiva, porque as decisões do TCU imputando débito não têm eficácia de título executivo.

(E) Incorreta a assertiva, porque o controle interno se restringe a verificar a regularidade contábil de contas.

7.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2012)

Os auditores públicos foram designados para examinar as demonstrações contábeis da Empresa Transportes Fluviais S.A. O objetivo é avaliar se os recursos destinados à construção dos dois novos portos foram aplicados nos montantes contratados, dentro dos orçamentos estabelecidos e licitações aprovadas. Foi determinado como procedimento a constatação da existência física dos portos. Esse tipo de auditoria pública é classificada como auditoria

(A) de gestão.

(B) de programas.

(C) operacional.

(D) contábil.

(E) de sistemas.

8.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2002/1º)

A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade

(A) do auditor independente

(B) da administração

(C) do auditor interno

(D) do contador

(E) do conselho fiscal

9.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2009)

O auditor da empresa Negócios S.A. estabeleceu três procedimentos obrigatórios para emissão do parecer. O primeiro, que a empresa renovasse o contrato de auditoria para o próximo ano, o segundo, que a empresa emitisse a carta de responsabilidade da administração e o terceiro, que o parecer seria assinado por sócio do escritório de contabilidade, cuja única formação é administração de empresas. Pode-se afirmar, com relação aos procedimentos, respectivamente, que:

(A) é ético, não é procedimento de auditoria e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(B) não é ético, não é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(C) é ético, não deve ser considerado para emissão do parecer e atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

(D) é ético, considera-se apenas em alguns casos para emissão do parecer e não atende as normas de auditoria e pessoa do auditor.

(E) não é ético, é procedimento de auditoria e não atende as normas de auditoria e da pessoa do auditor.

10.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/AUDITORIA/2003)

A ética profissional é condição para o exercício de qualquer profissão. Na execução do trabalho de auditoria, o auditor externo deve atender aos seguintes princípios éticos profissionais:

(A) integridade, eficiência, confidencialidade e dependência

(B) independência, integridade, eficiência e confidencialidade

(C) dependência, integridade, imparcialidade e ineficiência

(D) confidencialidade, integridade, eficiência e negligência

(E) eficiência, confidencialidade, integridade e parcialidade

- (A) o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (B) os livros, jornais e periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (C) os produtos industrializados destinados ao exterior.
- (D) as aeronaves de uso militar vendidas à União.
- (E) a energia elétrica, derivados do petróleo, combustíveis e minerais do País.

10.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

São responsáveis solidários pelo pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados

- (A) os possuidores ou detentores, em relação os produtos tributados que possuírem ou mantiverem para fins de venda ou industrialização, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- (B) os adquirentes de mercadorias de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- (C) os transportadores em relação aos produtos tributados que transportarem, acompanhados ou não de documentação comprobatória de sua procedência.
- (D) os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, mesmo que não alcançado pela imunidade prevista no art. 150 da Constituição Federal.
- (E) os estabelecimentos equiparados a industrial, quanto aos fatos geradores relativos aos produtos que deles saírem, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrente de atos que sejam por eles praticados.

11.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/2000)

Segundo o vigente Regulamento do IPI, é o obrigado ao pagamento do imposto como responsável:

- (A) o transportador, em relação aos produtos tributados que transportar desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência.
- (B) o importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.
- (C) o industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento, bem assim quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar.
- (D) o estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem, bem assim quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar.

- (E) quem consumir ou utilizar em outra finalidade, ou remeter a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade.

12.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012)

Avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

I. O desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira é fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados, considerando-se ocorrido o referido desembaraço quando a mercadoria consta como tendo sido importada e o extravio ou avaria venham a ser apurados pela autoridade fiscal, inclusive na hipótese de mercadoria sob regime suspensivo de tributação.

II. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de armazém-geral ou outro depositário do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial depositante, quanto aos produtos entregues diretamente a outro estabelecimento.

III. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída do estabelecimento industrial diretamente para estabelecimento da mesma firma ou de terceiro, por ordem do encomendante, quanto aos produtos mandados industrializar por encomenda.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) O item I e o item II estão corretos.
- (C) Os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Os itens II e III estão corretos.
- (E) Os itens I e III estão corretos.

13.(ESAF - ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/GERAL/2012 )

Assinale a opção incorreta.

- (A) As isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados, salvo disposição expressa de lei, referem-se ao produto e não ao contribuinte ou adquirente.
- (B) A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando possuir caráter subjetivo, só exclui o crédito tributário quando o seu titular estiver na situação de contribuinte ou responsável.
- (C) Se a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados estiver condicionada à destinação do produto e a este for dado destino diverso do previsto, estará o responsável pelo fato sujeito ao pagamento do imposto e da penalidade cabível.
- (D) Os produtos desembaraçados como bagagem só poderão ser depositados para fins comerciais ou expostos à venda após comunicação obrigatória à Receita Federal para fins de controle do pagamento posterior do Imposto sobre Produtos Industrializados.

# LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

## LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

### 1.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre Jurisdição Aduaneira e Controle Aduaneiro de Veículos, é correto afirmar:

(A) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, exceto as Áreas de Livre Comércio, sujeitas à legislação específica.

(B) somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, mas isso não se aplica à importação e à exportação de mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a outros casos estabelecidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(C) compete ao Ministro de Estado da Fazenda definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento dos locais e recintos onde ocorram, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial, bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados, e remessas postais internacionais.

(D) relativamente à mercadoria descarregada de veículo procedente do exterior, o volume que, ao ser descarregado, apresentar-se quebrado, com diferença de peso, com indícios de violação ou de qualquer modo avariado, deverá ser objeto de conserto e pesagem, fazendo-se, ato contínuo, a devida anotação no registro de descarga, pelo depositário. A autoridade aduaneira poderá determinar a aplicação de cautelas fiscais e o isolamento dos volumes em local próprio do recinto alfandegado, exceto nos casos de extravio ou avaria, dado o estado já verificado dos volumes, os quais não poderão permanecer no recinto alfandegado.

(E) o transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas

transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado. A autoridade aduaneira poderá proceder às buscas em veículos necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação, mas, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, as buscas poderão ocorrer apenas em momento ulterior à apresentação das referidas informações pelo transportador.

### 2.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre o Imposto de Importação, é incorreto afirmar:

(A) não se considera estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País por motivo de modificações na sistemática de importação por parte do país importador.

(B) o imposto não incide sobre mercadoria estrangeira destruída, sob controle aduaneiro, sem ônus para a Fazenda Nacional, antes de desembarçada.

(C) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador no dia do lançamento do correspondente crédito tributário, quando se tratar de bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada.

(D) para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação de mercadoria constante de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio ou avaria tenha sido apurado pela autoridade aduaneira.

(E) caberá restituição total ou parcial do imposto pago indevidamente, a qual poderá ser processada de ofício, nos casos de verificação de extravio ou de avaria.

### 3.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Sobre Bagagem e Regime Aduaneiro de Bagagem no MERCOSUL, é correto afirmar:

(A) os veículos automotores em geral, as motocicletas, as motonetas, as bicicletas com motor, os motores para embarcação, as motos aquáticas e similares, as casas rodantes, as aeronaves e as em-

barcações de todo tipo estão excluídos do conceito de bagagem, mas esses bens poderão ingressar no País sob o regime de admissão temporária, sempre que o viajante comprove sua residência permanente em outro país.

(B) o viajante não poderá declarar como própria bagagem de terceiro, ou utilizar o tratamento de bagagem para o ingresso de bens que não lhe pertençam, exceto os cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens.

(C) muito embora não seja razoável, mas em função da legalidade estrita que norteia a temática da bagagem de viajantes, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não está autorizada a editar atos normativos específicos relativos ao tratamento tributário aplicável à bagagem dos viajantes que ingressarem no País para participar da Copa do Mundo Fifa 2014.

(D) por intermédio de requerimento, a bagagem desacompanhada poderá ser desembaraçada antes da chegada do viajante.

(E) o brasileiro ou o estrangeiro residente no País, que tiver permanecido no exterior por período superior a um ano, ou o estrangeiro que ingressar no País para nele residir, de forma permanente, terá direito à isenção relativa aos seguintes bens, desde que usados: a) móveis e outros bens de uso doméstico; e b) ferramentas, máquinas, aparelhos e instrumentos, necessários ao exercício de sua profissão, arte ou ofício, individualmente considerado.

4.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal exarou importante decisão sobre a base de cálculo do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, conforme se verifica do julgamento do Recurso Extraordinário n. 559.937/Rio Grande do Sul. De acordo com essa paradigmática decisão, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. A referência ao "valor aduaneiro" no art. 149, § 2º, III, "a", da Constituição Federal implicou utilização de expressão com sentido técnico inequívoco, porquanto já era utilizada pela legislação tributária para indicar a base de cálculo do Imposto de Importação.

II. A Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004, ao instituir o PIS/PASEP-Importação e a COFINS-Importação, alargou, inovou, alterou o conceito de valor aduaneiro, de modo que passasse a abranger, para fins de apuração de tais contribuições, outras grandezas nele não contidas.

III. O gravame das operações de importação se dá como concretização do princípio da isonomia.

IV. A Corte julgou inconstitucional a seguinte parte do art. 7º, inciso I da Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004: "acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições".

(A) Estão corretos somente os itens I e II.

(B) Estão corretos somente os itens I e III.

(C) Estão corretos somente os itens II, III e IV.

(D) Estão corretos somente os itens I e IV.

(E) Todos os itens estão corretos.

5.(ESAF - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL/"SEM ÁREA"/2014)

Acerca da base de cálculo do Imposto de Importação, Valoração Aduaneira e Regime de Tributação Unificada, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro. Esse controle consiste na verificação da conformidade do valor aduaneiro declarado pelo importador com as regras estabelecidas no Acordo de Valoração Aduaneira. Integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado, o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro. Também integram o aludido valor aduaneiro os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada aos locais acima referidos.

II. O Acordo de Valoração Aduaneira indica seis métodos para o procedimento de valoração aduaneira, cuja utilização deve ser sequencial e por exclusão. Assim, não sendo possível a determinação do valor aduaneiro pelo método do valor de transação ajustado, deve-se passar para o método do valor de transação de produtos similares.

III. Segundo o Artigo IV do Acordo de Valoração Aduaneira, poderá ser invertida a ordem dos métodos previstos nos Artigos 5 (método dedutivo) e 6 (método computado) do aludido Acordo, a pedido do importador. No entanto, países em desenvolvimento podem condicionar essa inversão à aquiescência das autoridades aduaneiras, sendo que o Brasil não teve interesse em fazer a mencionada reserva.

IV. No Regime de Tributação Unificada, é vedada a inclusão de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final.



Defesa – RETID é o que permite a importação de bens de defesa nacional com suspensão da Contribuição do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, além de outros tributos, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. Como uma política de incentivo ao desenvolvimento das empresas brasileiras na área, as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, podem habilitar-se ao RETID.

(C) Compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil a administração das atividades relativas à cobrança, à fiscalização e à arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, e compete ao Ministério dos Transportes a administração das atividades relativas a restituição e à concessão de incentivos do AFRMM previstos em lei.

(D) O fato gerador do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro. O AFRMM não incide sobre a navegação fluvial e lacustre, exceto sobre cargas de granéis líquidos, transportadas no âmbito das Regiões Norte e Nordeste, mas incide sobre o frete relativo ao transporte de mercadoria submetida à pena de perdimento.

(E) O fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados, na importação, é o desembarço aduaneiro de produto de procedência estrangeira.

#### 4.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Sobre Jurisdição Aduaneira e Controle Aduaneiro de Veículos, é correto afirmar:

Alternativas

(A) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, exceto as Áreas de Livre Comércio, sujeitas à legislação específica.

(B) somente nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados poderá efetuar-se a entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas, mas isso não se aplica à importação e à exportação de mercadorias conduzidas por linhas de transmissão ou por dutos, ligados ao exterior, observadas as regras de controle estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a outros casos estabelecidos em ato normativo da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(C) compete ao Ministro de Estado da Fazenda definir os requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento dos locais e recintos onde ocorram, sob controle aduaneiro, movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias procedentes

do exterior, ou a ele destinadas, inclusive sob regime aduaneiro especial, bagagem de viajantes procedentes do exterior, ou a ele destinados, e remessas postais internacionais.

(D) relativamente à mercadoria descarregada de veículo procedente do exterior, o volume que, ao ser descarregado, apresentar-se quebrado, com diferença de peso, com indícios de violação ou de qualquer modo avariado, deverá ser objeto de conserto e pesagem, fazendo-se, ato contínuo, a devida anotação no registro de descarga, pelo depositário. A autoridade aduaneira poderá determinar a aplicação de cautelas fiscais e o isolamento dos volumes em local próprio do recinto alfandegado, exceto nos casos de extravio ou avaria, dado o estado já verificado dos volumes, os quais não poderão permanecer no recinto alfandegado.

(E) o transportador deve prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma e no prazo por ela estabelecidos, as informações sobre as cargas transportadas, bem como sobre a chegada de veículo procedente do exterior ou a ele destinado. A autoridade aduaneira poderá proceder às buscas em veículos necessárias para prevenir e reprimir a ocorrência de infração à legislação, mas, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, as buscas poderão ocorrer apenas em momento ulterior à apresentação das referidas informações pelo transportador.

#### 5.(ESAF - 2014 - RECEITA FEDERAL - AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL - PROVA 02)

Acerca da base de cálculo do Imposto de Importação, Valoração Aduaneira e Regime de Tributação Unificada, analise os itens a seguir e, em seguida, assinale a opção correta.

I. Toda mercadoria submetida a despacho de importação está sujeita ao controle do correspondente valor aduaneiro. Esse controle consiste na verificação da conformidade do valor aduaneiro declarado pelo importador com as regras estabelecidas no Acordo de Valor ação Aduaneira. Integram o valor aduaneiro, independentemente do método de valoração utilizado, o custo de transporte da mercadoria importada até o porto ou o aeroporto alfandegado de descarga ou o ponto de fronteira alfandegado onde devam ser cumpridas as formalidades de entrada no território aduaneiro. Também integram o aludido valor aduaneiro os gastos relativos à carga, à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada, até a chegada aos locais acima referidos.

II. O Acordo de Valoração Aduaneira indica seis métodos para o procedimento de valoração aduaneira, cuja utilização deve ser sequencial e por exclusão. Assim, não sendo possível a determinação do valor aduaneiro pelo método do valor de transação ajustado, deve-se passar para o método do valor de transação de produtos similares.